Ata n.º 7/2020

Reunião de Câmara realizada no dia 6 de abril de 2020

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, nesta Vila da Lousã, e por videoconferência, conforme previsto no nº 2, do nº 3 do artigo 3º da Lei nº 1 - A/2020 de 19 de março, na sua redação atual, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Rui Daniel Colaço Lopes, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ricardo Emanuel Soares Fernandes, Ana Maria Conceição Ferreira e Orlando António Lopes Ferreira. ----------

---

Às dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos. -

---

1 - Período antes da Ordem do Dia ----------

O Senhor Presidente informou o Executivo de que enquanto vigorar o estado de emergência as reuniões do órgão executivo serão feitas por videoconferência e sem serem abertas ao público. Deu nota que sobre esta medida foi feito Edital, a fim de tornar público, e foi devidamente publicitado na página do Município. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para dizer que aguardava que o **Senhor Presidente da Câmara** apresentasse o ponto de situação sobre a pandemia do COVID-19, no Concelho da Lousã.----------

O Senhor Vice-Presidente informou que, segundo as diretrizes do **Senhor Presidente da Câmara**, ainda esta manhã, conjuntamente com o **Senhor Vereador Ricardo Fernandes**, os respetivos encarregados, e o Chefe de Divisão, esteve numa reunião com todos os trabalhadores operacionais, a fim de lhes transmitirem um conjunto de novas instruções de trabalho em segurança numa perspetiva de salvaguardar os próprios trabalhadores e a prestação dos serviços que necessitam de assegurar à população. ----------

O Senhor Presidente tomou a palavra começando por informar sobre a evolução do número de casos da pandemia do COVID-19, no Concelho da Lousã. Disse que, de acordo com os últimos números que dispõe, houve uma progressão de três para sete casos confirmados de pessoas infetadas e vinte e cinco pessoas encontram-se em vigilância ativa. Disse que têm vindo a ser tomadas algumas medidas que são do conhecimento de todos, quer através de publicação na página do Município, com um separador próprio, designado COVID-19, quer através das redes sociais e, na última semana, intensificou-se o apoio com a distribuição às IPSS do concelho e às forças de segurança de material de equipamento de proteção individual e ainda cedência de viseiras a profissionais de saúde. Foi, igualmente, entregue equipamento aos Bombeiros Municipais da Lousã e de Serpins, nomeadamente, viseiras e outro tipo de equipamento em função das necessidades que foram apresentadas. Deu nota que tem existido acompanhamento de todas as entidades, quer da rede social, forças de segurança e outras instituições, com particular atenção à Santa Casa da Misericórdia da Lousã e outros lares privados e à ARCIL, em função da especificidade do funcionamento e ao tipo de público/utentes que cada instituição tem. Este trabalho tem sido desenvolvido por todos os elementos do Executivo e também com a estrutura técnica que está mais focada nesta problemática originada pelo coronavírus. Adiantou que irão aumentar os apoios sociais em função da evolução desta pandemia, traduzidos em géneros alimentícios e linhas telefónicas de apoio psicológico para pedidos de apoio do Serviço Social da Câmara Municipal que já está em funcionamento há algum tempo, mas que, em função da evolução da situação, se prevê que sejam cada vez mais solicitados. Informou que está a ser analisado um conjunto adicional de medidas de apoio às famílias e às micro e médias empresas de comércio e serviços, em função do campo de atuação e competências da Câmara Municipal. Adiantou que dentro de poucos dias a Câmara Municipal estará em condições de concretizar um conjunto de medidas, nomeadamente, aplicação diversas isenções e reduções de taxas municipais e de rendas de espaços comerciais arrendados ou concessionados pelo Município. Garantiu a possibilidade de renovação das medidas conforme evolução da situação epidemiológica do COVID-19. Disse que também está salvaguardado o acerto relativamente às taxas que já tenham sido liquidadas relativamente aos

períodos de isenção definidos. Em articulação com as Juntas de Freguesia, continua a ser executada a higienização de locais e equipamentos nomeadamente de resíduos sólidos e urbanos, estando também a decorrer, através de um prestador de serviços, a lavagem a quente e desinfeção dos contentores. Informou que desde o mês de março, com continuidade nos meses de abril e maio próximos, teve início um apoio social que se reporta à fatura de água. Esclareceu que, após a conclusão do estudo efetuado sobre esta matéria, e contrariamente à estimativa inicial, a Câmara Municipal irá fazer um investimento suportado pelo orçamento municipal na ordem dos quatrocentos e cinquenta mil euros. Afirmou ser um esforço financeiro por parte do município a favor das famílias, empresas e instituições. Relativamente à saúde, informou que a Câmara Municipal também tem prestado apoios, quer aos profissionais em nome individual, quer às Unidade de Saúde Familiar Serra da Lousã e Unidade de Saúde Familiar Trevim Sol, do Centro de Saúde, com a montagem e o apetrechamento das tendas com mobiliário e equipamento diverso, cedência de equipamento de proteção individual, cedência de telemóveis com os respetivos cartões com número, a cada uma destas USFs, a fim de melhorar o atendimento e articulação dos profissionais de saúde e utentes. Disse que têm verificado um descontentamento grande dos utentes, especialmente da Unidade de Saúde Familiar Trevim Sol, mas já há cerca de quinze dias que foi reforçada a capacidade de comunicação, sendo esta despesa, igualmente, suportada pela Câmara Municipal. Também têm sido feitas reuniões por videoconferência e outros meios e tem havido várias trocas de informação. Deu nota que a Câmara Municipal já dispõe, neste momento, de quinhentos testes rápidos, comprados no laboratório alemão Roche, para fazer a despistagem da infeção, aguardando a definição por parte das entidades de saúde locais quanto à forma de concretizar. Para além das USFs, está também envolvido o Laboratório Arunce no sentido de dar suporte a esta operação de rastreio. A perspetiva e o desejo é que seja feito em articulação com a validação dos critérios dos médicos do Centro de Saúde, mas, na eventualidade de haver necessidade de operacionalizar a situação de forma autónoma, existem as condições de aplicação, nomeadamente a determinados segmentos específicos da população. Sobre isto, adiantou que existe muita informação a circular, que não é consensual,

relativamente ao uso e ao tipo de testes. Em termos de equipamento de proteção individual, especialmente aquele que é mais necessário, a Câmara Municipal tem vindo a aprovisionar para os seus serviços e apoio às instituições do concelho, procurando salvaguardar esta situação, apesar da especulação que se tem gerado em torno da aquisição deste material. Reforçou que esta pandemia é uma situação nova e difícil para todos, porque ninguém, nem individual, nem coletivamente, estava preparado para tal, até pela imprevisibilidade da evolução deste vírus, razão pela qual é necessário estarmos despertos e disponíveis para agir e trabalhar sempre numa perspetiva de pior cenário, desejando que ele não aconteça. Alertou para o facto de esta conjuntura vir a criar constrangimentos a vários níveis. Disse que há a perspetiva de que a crise vá ser longa, não só pela pandemia, mas também pelas consequências que esta traz consigo. A prioridade é salvaguardar vidas e a saúde pública, e, concomitantemente, salvar a economia, porque se não forem sendo criadas as medidas necessárias para apoio à economia e vertente social, as consequências futuras serão ainda mais acentuadas, sendo que a dimensão dependerá do tempo que durar a pandemia. Disse que espera que, entretanto, a União Europeia tome medidas adequadas e atempadas no sentido de evitar o agudizar da crise. Entende que tem que existir uma ação concertada e robusta no sentido de minimizar os impactos. As autarquias locais vão ser confrontadas com esta situação da pandemia e suas consequências e, como tal, terá que haver uma ação forte e rápida por parte da União Europeia que permita meios adicionais aos Estados e, por conseguinte, meios às autarquias locais para melhor poderem responder às necessidades que vão surgir. Relativamente à reorganização dos serviços da Câmara Municipal, informou que, no período inicial, foram assegurados apenas os serviços essenciais mínimos e agora, no sentido de salvaguardar o enquadramento dos trabalhadores, tem-se vindo a reorganizar os trabalhos operacionais, a fim de se executarem mais tarefas, salvaguardadas todas as regras e recomendações de proteção individual, no que diz respeito, quer no qa equipamentos, quer às instalações municipais. Também, em termos técnicos e administrativos, a partir do dia de hoje, os trabalhadores irão estar presencialmente nos respetivos serviços, executando as suas tarefas, permitindo com isso uma capacidade de resposta mais efetiva da Câmara Municipal para com

os munícipes e utentes, em horário contínuo a fim de evitar constantes deslocações. Deu nota de que um conjunto destes trabalhadores: assistentes operacionais, administrativos e técnicos superiores estando a desempenhar outras tarefas, em função de um previsível agravamento da situação, poderão ser mobilizados para ações relacionadas com as respostas que sejam necessárias implementar no âmbito desta pandemia do COVID-19. Deu nota que há um conjunto de obras que não estando a decorrer com o ritmo normal e desejado, continuam em execução e com o acompanhamento dos serviços técnicos da Câmara Municipal, nomeadamente: as empreitadas de Regeneração Urbana na Rua do Comércio e ruas adjacentes, Rua Henrique Figueiredo, Praça Luís de Camões, Avenida São Silvestre e Rua Professor Batista de Almeida, a Praça Cândido dos Reis, no que diz respeito à zona envolvente mais próxima à igreja, as obras dos passadiços que tem, neste momento, uma maior expressão com a criação do acesso pedonal entre o Castelo e as Piscinas e o Centro de Recolha Oficial. Disse que, nesta altura, é difícil fazer previsões, porque não se sabe o tempo e evolução da pandemia do COVID-19, se o estado de emergência vai ser ou não prolongado, a capacidade em termos de recursos humanos que as empresas vão tendo, os materiais e equipamento, bem como os fornecimentos. Informou o Executivo que, já depois de se ter iniciado o período de contingência pela pandemia do COVID-19, a Câmara Municipal foi notificada da aprovação de duas empreitadas com grande significado que diz respeito à Regeneração Urbana e melhoria de acessibilidades conferindo uma melhor circulação e segurança na via. Uma é referente à Avenida Dr. José Cardoso, que fará uma melhor ligação pedonal e ciclável até à Escola nº 2, zona das Piscinas e Escola Secundária, onde terá também a melhoria de ligação pedonal e ciclável à Escola nº 1, através da circulação do circuito dedicado a bicicletas e a pé, entre a zona da Farmácia Serrano, na Rua Dr. José Pinto de Aguiar, (zona da Sarnadinha), até à Escola nº 1. A outra obra, designada Interfaces da Lousã, é a melhoria da circulação pedonal e ciclável entre a estação da Lousã, junto ao Parque de Exposições e a Estação principal da Lousã e algumas outras ruas melhorando a circulação, nestas zonas, e permitindo alguma regeneração urbana. Disse que a empreitada do cineteatro da Lousã também se encontra em evolução, aguardando-se o visto do Tribunal de Contas uma vez que o

financiamento já está concretizado. Alertou de que haverá tolerância de ponto nos dias nove e treze de abril corrente, motivo pelo qual terão que ser criadas as condições para a distribuição dos cabazes de bens alimentares. ----------

A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira interveio dizendo que estão a diligenciar junto da empresa a forma de ultrapassar as condicionantes das entregas dos fornecedores, de modo a ser possível a distribuição dos cabazes na próxima quinta-feira. Informou ainda que vai ser incluído nos cabazes um saco de ovos de chocolate, alusivo à Páscoa, e que quer a Biblioteca, quer os Museus, prepararam uma oferta de revistas, para leitura em família, e um passatempo sobre o Património da Lousã. A empresa TurisLousã reforçará estes cabazes com a oferta de um folar. ----------

O Senhor Presidente deu ainda nota da instalação do local alargado de quarentena para permitir alojar pessoas em situação extraordinária provisória, na Escola Básica nº 1, onde já estão criadas as condições de acolhimento, esperando que não venha a ser necessário usar, mas que fica preparado preventivamente. Disse que continuam os apelos por diversas vias para "#FiqueEmCasa#por TODOS", quer por carro de som, Juntas de Freguesia e apelos nas redes sociais de diferentes pessoas. Informou que em ação pedagógica conjunta com a Guarda Nacional Republicana, foi feito apelo para evitar concentrações em grupo nos locais habituais. Foram feitas barreiras de acesso ao canal do metro para dissuadir as pessoas de ali circularem. Informou que já foi feito o cancelamento das marchas de São João, a fim de se evitar que cada uma delas começasse a reunir para os ensaios. Na sequência deste assunto, e sobre o cancelamento de atividades e eventos, anunciou ao Executivo de que não haverá atividades no 25 de abril, nem sessão solene, porque ainda se estará em período de quarentena e, como tal, não faz sentido a aglomeração de pessoas nesse dia. Informou ainda que foram cancelados todos os eventos promovidos pela Câmara Municipal a ter lugar no mês de maio.----------

Em relação ao relatório de atividades e contas, deu nota que durante o mês de abril o Executivo fará uma primeira análise, que será submetida para votação à reunião do Executivo Municipal, no mês de maio, de acordo com o que a lei nº 1-A/2020 permite e como já está estabelecido com a CIM-RC; posteriormente, a

submissão para aprovação da Assembleia Municipal será agendada para o mês de junho. Ainda assim, será necessário fazer uma revisão orçamental durante o mês de abril para integração do saldo de gerência que, em função da contingência do estado de emergência e da aprovação do Orçamento de Estado publicado na semana passada, de acordo com alguns procedimentos e regras que estão a ser tratados, neste momento, pela Divisão Financeira, é possível fazer a integração do saldo de gerência sem a aprovação das contas. Recordou ainda que o tarifário social de água, que será aplicado pela APIN, mas tem que ser previamente aprovado pelos municípios que integram a empresa, também tem que ser aprovado pelos órgãos municipais.----------

O Senhor Vereador Ricardo Fernandes interveio para dar nota de que, considerando esta situação da pandemia COVID-19 e relativamente ao cancelamento de eventos diversos, tal como o **Senhor Presidente** já anunciou, também já foi cancelado o passeio do "Manuel da Póvoa", bem como as celebrações do aniversário dos Bombeiros Municipais. ----------

O Senhor Vereador Victor Carvalho usou da palavra para dizer que compartilha algumas das preocupações apresentadas pelo **Senhor Presidente** e afirmou que, em sua opinião, a Feira Anual de São João, bem como outros eventos em agenda, não reúnem condições para se realizarem este ano, porque, mesmo depois da pandemia do COVID-19 passar, a circulação de pessoas e bens não vai ser feita com normalidade e, por isso, em sua opinião todo o dinheiro destes eventos deverá ser canalizado para apoios sociais. Disse lamentar, mas é a realidade existente.-----

O Senhor Presidente disse que para além do que vai ser solicitado para apoiar, neste momento, as várias respostas que já foram prestadas a esta crise da pandemia do COVID-19, a Câmara Municipal já tem uma despesa acrescida bastante significativa que ronda em cerca de oitenta mil euros, no mínimo e só neste período que ainda é reduzido, comparativamente à perspetiva que tem da duração desta situação. Informou ainda o executivo de que a Câmara Municipal já desencadeou um processo de pagamento a todos os fornecedores: empresas, empreiteiros e prestadores de serviços de fornecimento de bens, especialmente aos do concelho, no sentido de reforçar as suas disponibilidades e capacidade de tesouraria onde todos têm perda de faturação e atividade. Deu nota da necessidade

da Câmara Municipal apoiar os produtores locais, especialmente os de hortícolas e de frutas e suscitou sugestões ao Executivo a fim de serem criadas condições e tomadas as medidas necessárias para o seu apoio, uma vez que estão a atravessar um momento particularmente difícil e com a sua atividade suspensa por tempo indeterminado. Foi consensual a todo o Executivo a aquisição destes produtos através da DUECEIRA ou ACTIVAR, conforme o melhor ajustamento à circunstância, que reverterão para apoio às IPSS e Lares do Concelho. Entretanto a Associação Empresarial Serra da Lousã seria contactada para os eventuais apoios a comércio e serviços, em situações a avaliar. ----------

Por outro lado, relembrou que todas as tramitações de processos de Fundos Comunitários devem ser concretizadas o mais rapidamente possível, no sentido de submeter os pagamentos, porque o Estado tem medidas mais rápidas para libertação de meios para que a Câmara Municipal possa ter uma capacidade de resposta mais robusta em termos de tesouraria no próximo mês de maio. -------

A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira usou da palavra para se referir ao calendário escolar, informando que, neste momento, está em suspenso, aguardando-se decisões por parte do Ministério da Educação. Disse que, provavelmente, os alunos do secundário estarão em atividade até mais tarde. Ao nível dos Serviços de Educação e Cultura deu conhecimento que já se elaborou o levantamento de tudo quanto eram eventos calendarizados e que estavam inscritos no orçamento municipal, entendendo que não faz sentido a sua realização no momento, e por isso a sua proposta irá no sentido de serem cancelados, uns, outros adiados sem data prevista, e as verbas serem canalizadas para outras prioridades. ----------

O Senhor Presidente interveio para dizer que tem muitas reservas quanto à data do pico da pandemia, porque vai depender de vários fatores entre os quais, o próprio comportamento da população naquilo que sejam as medidas de contenção. Quanto ao ano letivo, disse que lhe parece que só haverá aulas presencialmente para o ensino secundário. Disse que até ao 9º ano, já não haverá mais aulas presenciais este ano letivo e, embora se fale em telescola, diante deste cenário deveria ser intensificado, nos próximos dias, a avaliação da eventual necessidade de cedência de equipamentos, especialmente aos alunos da ação social escolar para as crianças

e jovens com maiores dificuldades de acesso e o que estava previsto fazer em termos de apetrechamento de computadores, agora deve ser direcionado para esta situação. ----------

A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira interpelou dizendo que, independentemente da telescola, a Câmara Municipal está a trabalhar em conjunto com o Agrupamento de Escolas da Lousã, no levantamento do equipamento existente, porque haverá sempre a necessidade de interação entre os alunos e os professores. Informou que estão quantificados os alunos do 1º ciclo que não têm este equipamento, nem têm internet. Estão a tentar ao nível das verbas da CIM-RC e dos Programas Inovadores que sejam canalizadas para computadores portáteis para empréstimo e, também, se for possível, ao nível da CIM-RC, fazer a alocação de verbas relativas a visitas de estudo para 2020, e que já não se vão fazer, para a eventual aquisição de equipamento. Disse que também é importante que o Ministério da Educação estabilize relativamente à proposta do que vai ser a abordagem de ensino à distância, para depois avaliar qual a resposta que é necessária. Ao nível do município, informou que há cerca de cento e noventa alunos que não têm equipamento e outros que não têm internet, pelo que será uma situação a ser estudada. Está a ser feita avaliação dos computadores portáteis existentes, para ver que adaptações é possível fazer para serem reutilizados ----

O Senhor Vice-Presidente interveio para dizer que a situação dos computadores Magalhães vai para além da capacidade informática da Câmara Municipal e sugeriu que fosse contactada a empresa J.P. Sá Couto, que os fez, para saber da possibilidade de atualização dos computadores, face ao uso específico que têm que ter. ----------

A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira informou que esse contacto já foi feito e que lhes foi transmitido que os computadores estão descontinuados e que a plataforma que o ministério irá utilizar não é compatível com estes equipamentos pelo que se está a avaliar a forma de resolver esta situação, se através de retoma ou outra solução. ----------

O Senhor Vice-Presidente interpelou dizendo que mais uma vez as autarquias locais estão na linha da frente em relação ao Estado Central, porque em termos de internet para os alunos, se efetivamente for da competência da Câmara Municipal,

tem que ser muito abrangente e bem fundamentado a nível de Estado, caso contrário, dispara para valores incomportáveis e não haverá meios financeiros por muito boa vontade que exista para assumir o custo de uma pen de internet para cada aluno, se o Estado não intervir conjuntamente e de forma ativa. ----------

O Senhor Presidente respondeu dizendo que será melhor a Câmara Municipal se preparar para intervir no imediato e existem algumas condições para isso e se, posteriormente, vierem os apoios do Estado nesta matéria, serão bem-vindos.---

---

2 - Ordem do Dia ----------

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 23 de março de 2020. ----------

Posta à votação de todos os membros do Executivo Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e três de março do ano de dois mil e vinte. ----------

2.2 - Informações do Senhor Presidente da Câmara: ----------

2.2.1 - O Senhor Presidente a dar conhecimento à Câmara Municipal do Plano de Contingência Municipal para o Coronavírus.----------

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo do Plano de Contingência Municipal para o Coronavírus (COVID-19). O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 1 um)).----------

2.2.2 - O Senhor Presidente a dar conhecimento à Câmara Municipal do despacho datado de 12 de março de 2020, referente à aprovação da 4ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2020. ----------

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo de que, por seu despacho datado de doze de março do ano de dois mil e vinte, aprovou a quarta Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e vinte. Mais informa que não se procedeu ao aumento do orçamento, em virtude de a alteração ter sido efetuada em contrapartida das rubricas da despesa dotadas aquando do orçamento inicial e que se respeitou o equilíbrio orçamental previsto no artigo 40º da Lei nº

73/2013 de 3 de setembro. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 2 (dois)).----------

2.3 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara: ----------

2.3.1 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a análise e votação do cancelamento da edição de 2020 da Feira Anual de São João e todas as iniciativas associadas a este certamente, devido à pandemia relativa ao COVID-19. --------

O Senhor Presidente informou o executivo que, oportunamente, será analisada a melhor forma de invocar o dia do Feriado Municipal, no entanto, tendo em conta o que se prevê desta pandemia do COVID-19 e a possibilidade de que no final do ano possa recidivar apresentou a seguinte PROPOSTA ao Executivo: *"Considerando a situação atual que estamos a viver devido à pandemia COVID-19 e os enormes constrangimentos que iremos sentir nos próximos meses, nomeadamente restrições no que aos contactos sociais diz respeito, proponho à Câmara Municipal que a Feira Anual de São João, a ter lugar entre os dias dezoito e vinte e quatro de junho, e todas as iniciativas que integram o programa geral, sejam cancelados. Esta proposta surge devido às consequências originadas pelo novo Coronavírus que não permitirá realizar toda a preparação logística e operacional relativa a este evento de referência do Concelho e da Região e também ao facto de não estarem garantidas as condições de segurança para que o mesmo decorra com normalidade."*----------

O Senhor Vereador Victor Carvalho reiterou a sua posição expressa no período antes da Ordem do Dia, dizendo que não estão criadas as condições para a realização da Feira Anual de São João no ano de dois mil e vinte. ----------

O Senhor Vereador Ricardo Fernandes interveio para dizer que tem a mesma opinião, entendendo que naquele período será ainda muito difícil do ponto de vista social a aglomeração de pessoas, apesar de ser um momento muito importante para o concelho e para os Lousanenses, mas não no ano de dois mil e vinte. ----

A Senhora Vereadora Ana Ferreira usou da palavra começando por dizer que concordava com as anteriores intervenções, porque, neste momento, já não faz sentido, tanto mais que a DGS – Direção Geral de Saúde, tem vindo a dizer que o pico está apontado para o final do mês de maio. Mais uma razão, no seu

entendimento, que no mês de junho não existem condições para levar a cabo a Feira Anual de São João. Tendo a Câmara Municipal este crescimento de despesa extra para todas as medidas extraordinárias que estão a fazer e que irão levar a cabo, muitas delas, ainda a intensificar porque ainda não se sabe até onde vai, no seu entendimento, deverão canalizar as verbas que estariam adstritas ao São João para esta situação. Recordou ainda que haverá, eventualmente, alteração ao calendário escolar com exames que poderá ser adiado e que fará com que os alunos estejam preocupados com o términus do ano letivo e não propriamente com as festas do São João. Por todos estes motivos, entende que estão reunidas as condições para não levar a cabo, este ano, a Feira Anual de São João. Lamentou o facto, independentemente de ser a maior festa da Lousã e que os Lousanenses gostam imenso, reiterou que, neste momento não há condições para a realização do evento face a esta situação. Concluiu a sua intervenção afirmando concordar que o dia vinte e quatro de junho - Dia de Feriado Municipal - seja assinalado, com alguma atividade que com o avançar do tempo se pode pensar melhor no assunto.

A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira interveio para recordar que é necessário e importante dar este sinal, por muito que custe, porque se estão a pedir sacrifícios às pessoas para que prescindam de imensas coisas e, nessa medida, compreenderão esta tomada de decisão. Afirmou estar absolutamente de acordo com a proposta, deixando a esperança que no próximo ano o São João possa ser festejado com grande alegria.----------

O Senhor Vereador Orlando Ferreira usou da palavra dizendo que corrobora com o que foi dito e infelizmente, este ano, não há condições para se realizar o São João. Adiantando ainda que as pessoas vão entender esta medida. Deu conhecimento ao executivo que, também, já fez uma reformulação das verbas alocadas aos seus pelouros. ----------

Posto isto, o **Senhor Presidente** colocou à votação a proposta e a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta do cancelamento da edição de 2020 da Feira Anual de São João e todas as iniciativas associadas a este certamente, devido à pandemia relativa ao COVID-19. Documento que se dá por integralmente transcrito.----------

2.3.2 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal que, atendendo à pandemia relativa ao COVID-19 e como forma de evitar contactos sociais, seja deliberado não licenciar e não prestar o habitual apoio logístico às festas e arraiais populares a ter lugar durante este período e até que existam indicações contrárias por parte das Autoridades de Saúde. ----------

O Senhor Presidente atendendo à pandemia relativa ao COVID-19 e à semelhança da posição tomada em relação à Feira Anual de S. João, apresentou a seguinte PROPOSTA ao Executivo: "*Considerando a situação atual que estamos a viver devido à pandemia COVID-19 e os enormes constrangimentos que iremos sentir nos próximos meses, nomeadamente restrições no que aos contactos sociais diz respeito, proponho à Câmara Municipal que não sejam licenciados, nem prestados os habituais apoios logísticos às festas e arraiais populares a ter lugar durante este período e até que existam indicações contrárias por parte das Autoridades de Saúde. Esta proposta tem como objetivo salvaguardar a saúde e segurança de todos e evitar que as respetivas Comissões de Festas se preparem, desde já, para esta situação*". ----------

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de não licenciar e não prestar o habitual apoio logístico às festas e arraiais populares a ter lugar durante este período e até que existam indicações contrárias por parte das Autoridades de Saúde. Documento que se dá por integralmente transcrito. ----------

2.4 - Proposta da Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira: ----------

2.4.1 - A Senhora Vereadora propõe à Câmara Municipal a ratificação dos apoios concedidos no mês de março pela Secção de Intervenção Social, no âmbito das Medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência Social. ----------

O Senhor Presidente deu nota que face à situação da pandemia do COVID-19, eventualmente, será necessário ampliar este tipo de apoios concedidos pela Câmara Municipal. ----------

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para dizer que em relação a esta matéria "*irão andar sempre a reboque do Governo Central*", porque também o Governo Central não consegue dar uma resposta imediata a todas as situações. Referiu que o apoio social já está a ser prestado, nomeadamente, à água e

equacionou a possibilidade de apoiar a energia, porque está prevista uma redução irrisória em cerca de 3%. Quanto à internet para os alunos, no seu entendimento, o governo irá encontrar uma solução que poderá passar por uma pen social juntos dos operadores, porque, de outra forma, será um encargo inconcebível para a autarquia. Os apoios sociais já são os indicados e estão bem enquadrados, o que não invalida que a Câmara Municipal tenha que "*abrir o leque*" e, com isso, gerar algum desconforto financeiro à autarquia, nesta fase, que não vai ser fácil para ninguém, mas para o qual teremos que estar preparados na medida do possível.--

O Senhor Presidente esclareceu que o apoio mais substantivo que possa ser dado às pessoas, empresas e instituições será sempre a partir do Estado Central, porque é a entidade que tem os meios mais efetivos para poder prestar esse apoio. Contudo, ao nível dos apoios sociais prestados pela Câmara Municipal, tem que se perspetivar a sua amplificação porque as necessidades vão aumentar, como tal, é bom trabalhar proactivamente para poder dar a resposta necessária e atempada. Concordou que esta medida vai significar um aumento da despesa e uma diminuição da receita, mas que, neste momento, isso é inevitável. Trata-se de uma situação excecional, por isso o padrão não pode ser regular. A intervenção será no âmbito das competências e meios disponíveis da Câmara Municipal, sob o ponto de vista financeiro e/ou logístico. Recordou ainda a necessidade de serem tomadas novas medidas, quer durante a pandemia, quer pós pandemia, pelas consequências sociais e económicas que daí advêm. ----------

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar os apoios concedidos no mês de março pela Secção de Intervenção Social, no valor de EUR: 1.750.00 (mil setecentos e cinquenta euros), referentes à rubrica 0102/04080202. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 3 (três)). ----------

---

Nada mais havendo a tratar, às doze horas e cinco minutos o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Correia Antunes, e por Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária.

O Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,